

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

TRANSGREDINDO ARQUEOLOGIAS: NARRATIVAS OUTRAS COMO PRÁTICAS LIBERTADORAS

Livia Radane*

RESUMO

Situando a arqueologia como espaço político de aprendizagem mútua e plural, torna-se evidente a presença de um impasse na notória produção hegemônica que limita seus produtos como ciência. Utilizando a pedagogia radical de bell hooks como base, o objetivo deste artigo é discutir abordagens pedagógicas do ensino arqueológico, enfatizando o papel dessa área do saber e chamando atenção ao seu local de agente ativo em tempos e localidades diversas. Analisando as estruturas de criação epistemológica, o indivíduo construtivo e as intersecções que abarcam dentro da ciência arqueológica, a colonialidade se faz presente no pensar, ensinar e produzir com raízes resistentes na modernidade. Refletir sobre isso aponta a interrogação: a arqueologia, de fato, pode ser vista como elemento funcional na desconstrução do pensamento colonial?

Palavras-chave: colonialidades na ciência; arqueologia; pedagogia radical.

*Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFICH), Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA). Membro da Rede de Arqueologia Negra e contemplada pela bolsa do Dossiê Arqueologias Negras. E-mail: liv.radane@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3154-3406>.

TRANSGRESSING ARCHAEOLOGIES: OTHER NARRATIVES AS LIBERATING PRACTICES

ABSTRACT

Situating archaeology as a political space for mutual and plural learning, the presence of an impasse becomes evident in the notorious hegemonic production that limits its products as a science. Using bell hooks' radical pedagogy as a foundation, the aim of this article is to discuss pedagogical approaches in archaeological education, emphasizing the role of this field of knowledge and drawing attention to its position as an active agent in diverse times and locations. By analyzing structures of epistemological creation, the constructive individual, and the intersections encompassed within archaeological science, coloniality becomes present in thinking, teaching, and producing with deep roots in modernity. Reflecting on this raises the question: can archaeology truly be seen as a functional element in the deconstruction of colonial thinking?

Keywords: colonialities in science; archaeology; radical pedagogy.

TRANSGREDIENDO ARQUEOLOGÍAS: NARRATIVAS OTRAS COMO PRÁCTICAS LIBERADORAS

RESUMEN

Teniendo en cuenta la arqueología como un espacio político de aprendizaje mutuo y plural, se evidencia la presencia de un estancamiento en la notoria producción hegemónica que limita sus productos como ciencia. A partir de la pedagogía radical de bell hooks, este artículo pretende discutir los enfoques pedagógicos en la enseñanza arqueológica, poniendo énfasis en el papel de este campo del saber y llamando la atención sobre el lugar de un agente activo en un tiempo y lugar diversos. Al analizar las estructuras de creación epistemológica, el individuo constructivo y las intersecciones que están dentro de la ciencia arqueológica, la colonialidad se vuelve presente en el pensamiento, en la enseñanza y en la producción arraigada en la modernidad. La reflexión al respecto plantea el siguiente interrogante: ¿Puede la arqueología ser realmente vista como un elemento funcional en la desconstrucción del pensamiento colonial?

Palabras clave: colonialidades en la ciencia; arqueología; pedagogía radical.

INTRODUÇÃO

*E o INPE vai ser obrigado a registrar o cataclísmico tsunami
Que se não for preto tem pinta.*

Tinguê

Unir o indivíduo à colagem é transgredir em seus símbolos, tal qual em seus significados.¹ Ao pensarem criticamente suas vivências como pesquisadoras e construtoras de epistemologias dentro da academia, Grada Kilomba (2019) e bell hooks (2013) abarcam assuntos que circundam nas colonialidades² suas influências e suas difrações, que cruzam intersecções³ subalternas⁴ dentro de marcadores sociais como raça, gênero e classe, apontando seus montantes em uma realidade dentro do microcosmo da produção científica em nossa sociedade atual. Essas vivências dizem respeito a um cenário de construção epistêmica, que conta com um aparato moldado para caber em uma agenda restrita e com pré-requisito bastante marcados estruturalmente. A noção de uma área de produção acadêmica, apresentada nas obras de ambas as autoras, imprime um cenário autoritário que interfere em diversas áreas do saber, banhando em completa abrangência a arqueologia com seus reflexos sistêmicos que são pré-requisitos para o recebimento da credibilidade e veracidade que só as categorias de ciência e cientista podem dar a esses pares.

Falar primeiramente de um agente que compõe (em sua maioria) a posição de produtor do conhecimento central na ciência moderna é entender as formas particulares que moldam esse espectro e, principalmente, notar que esse é o espelho refletindo a imagem do ser cientista, objetivo e creditado pelo poder da própria validação. Em outras palavras, a identidade que caracteriza a ciência moderna e suas expectativas como tal é moldada pelo local específico do cientista, que produz e reproduz fielmente à isenção de subjetividades e ao compromisso com um conhecimento objetivo e verdadeiro (para quem?). Esse local, que deve ser destacado a priori na construção deste texto, representa a manutenção exata de porções substanciais das regulamentações e diretrizes que governam o ciclo de produção, consumo e ensino, que no caso da arqueologia é nitidamente a figura da pessoa arqueóloga. Discutindo o poder de narrativa e, principalmente, quem pode narrar e o que pode narrar, entramos em pontos que tocam um primeiro questionamento para a descolonização⁵ de um pensamento arqueológico. Dessa forma, nos situar como indivíduos dentro da colagem que se faz a arqueologia é entender as

¹ Propondo e aplicando, de forma coerente na construção deste escrito, percebo a arqueologia como a colagem de uma imagem em constante construção, moldada pelos indivíduos que a compõem. Ela é continuamente formada por meio de amplas e diversas colaborações, sendo cada uma relevante em sua particularidade e abrangendo desde teorias fundamentadas na Europa até conceitos relacionados a uma virada ontológica. Ao interpretá-la dessa maneira, como uma colagem, reforça-se as possibilidades pluriversais e pluriépistemológicas, indicando amplitude na qual a arqueologia pode se inserir quando permite se agregar.

² Perpetuação de um processo de colonização impositor que permanece presente em nossos dias dentro de um sistema global, onde a descolonialidade responde em contravenção.

³ Tal como apresentado por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) em *Interseccionalidade*: “A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins; Bilge, 2021, p. 16)

⁴ Subalterno como conceito trazido por autores que compõem o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), no final da década de 1990.

⁵ Aqui a descolonização é usada como parte substancial ao Grupo (M/C), que entende a descolonialidade como algo contextualmente posicionado, percebendo e se colocando contra a questão da colonialidade e colonialismo (como processo de colonização) na América Latina e supracitando suas particularidades que exigem termos próprios.

particularidades que circundam cada ser e a que e quem interessa que elas não sejam salientadas como pontos relevantes dentro de um ensino e de uma produção arqueológica, em consequência. Assim, questionar o intuito de dissimular a alteridade da produção arqueológica é supracitar a presença de intenções coloniais por trás de um discurso cientificista que mantém limitações como base de produção, e não um pensamento intercultural⁶ e de pluriversalidade.⁷ Cruzar tais caminhos nos obriga a não ignorar — e é interessante que isso nunca ocorra —, a notar e a compreender a arqueologia em um presente plural com várias possibilidades de falas, indivíduos e coletivos construídos, em que suas narrativas são completamente influentes em um pensamento público que embasa inúmeros outros discursos e narrativas refletidas em realidades sociais de diversas intersecções.

Adiante, perceber tais embates que cruzam trajetórias, vivências e percepções cosmológicas ‘outras’ dentro do contexto da produção, do ensino e do aprendizado arqueológico é notar que esse ‘outro’ se faz um outsider⁸ dentro do espaço que não o reflete ou o permite minimamente somar com sua diferença. Apontando que,

em nome da ciência, julgamentos foram e ainda são atribuídos às vidas de outros povos. Esses julgamentos prejudicam gravemente nossas relações com nós mesmos, ou seja, as relações entre humanos. Sem falar sobre o desencantamento que provoca o afastamento diante das demais formas de vida possíveis que habitam o planeta. Uma maneira de olhar e compreender o mundo foi imposta a outras, em uma tentativa de subordinar as demais cosmovisões (Arcanjo, 2022, p. 17).

A partir desse embate, a proposta de trabalhar a base desta produção acadêmica através da pedagogia radical e crítica de bell hooks emerge como uma alternativa potente para a construção epistêmica dessa colagem arqueológica, principalmente quando entendemos a partir dos tópicos apontados que “A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com o mundo fora dela” (hooks, 2017, p. 23). Transgredir esses limites e somar o indivíduo é contribuir para que trabalhe com pensamentos florescentes, e não restritos.

ALTERIDADE NO INDIVÍDUO CIENTISTA

No exercício de localizar o centro ou pelo menos o ponto a partir do qual irradiam as produções científicas, como uma engrenagem colonial exige, identificamos algumas percepções que desafiam o discurso de posse, questionando a figura central e as justificativas que validam tais ocupações massivas e padronizadas. A figura do intelectual é inegavelmente representativa de uma miríade de razões, e compreender suas intenções no discurso é de suma importância para estabelecer um equilíbrio entre a manutenção do entendimento comum dessas funções e as demandas inerentes à sociedade que depende de seus resultados, a qual ele pertence. Essa compreensão — e muito além do que só ela — deve acompanhar a proposta de se colocar minimamente menos ingênua que acreditar e defender a existência da isenção de qualquer interesse particular, e principalmente, ou no pior dos casos, que essa interface ou “interesse particular” seja apenas uma manobra para a aceitação de moldes e estratégias coloniais

⁶ Conceito discutido por intelectuais Andinos na 14ª Conferência Internacional de L'Académie de la Latinité, Quito, Ecuador. Desarrollo e Interculturalidad, Imaginario y Diferencia: la Nación en el Mundo Andino, onde a questão da epistemologia indígena dentro da universidade foi pontual para o desenrolar deste conceito. Assim, assumindo um ideal pluriépistêmico.

⁷ Walter D. Mignolo fala de pluriversalidade como “o pensamento descolonial é a estrada para a pluriversalidade como um projeto universal” (Mignolo, 2008, p. 300).

⁸ Dentro da teoria interacionista do desvio, Howard Becker (2008), define outsider como a violação de uma norma social. Assim, um padrão de comportamento relativo a um determinado grupo social quando desrespeitado por um indivíduo, dentro de uma x norma estabelecida, essa pessoa é percebida como um outsider dentro desse grupo.

impostas às potências subalternas que emergem cada dia mais, como bem soa. Desse mesmo modo, nas palavras de Rodrigues Junior (2018, p. 272):

A educação que nos é ofertada como modo dominante no Novo Mundo deve ser lida como parte da agenda curricular do colonialismo. Essa forma descomprometida com a vida, pois é contrária à diversidade, à imprevisibilidade e às possibilidades, é fiel à produção de seres acomodados na semântica colonial.

A visão do intelectual para Gramsci nos ajuda a elucidar tal assunto de forma que as questões sociais, políticas, econômicas e hegemônicas são cruzadas com o objetivo de deixar nítida a função destes, principalmente no que molda cada uma dessas intenções. A finalidade de se instaurar essa classe em um contexto social como um dispositivo de influência destaca e soma à interpretação, à medida que,

em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesã; para organizar o Estado e o comércio, a classe dominante treinava um tipo específico de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional, predominou este segundo tipo de intelectual (Gramsci, 2004, p. 424).

Usando deste pontapé e através da imagem supracitada, marcar o local da pessoa arqueóloga dentro dessas fronteiras é também mapear como a produção e reprodução de uma ciência tão sensível como a arqueologia (em termos de tratamento de um 'outrem', onde o respeito e a ética sempre devem ser exacerbadamente acessados) deve sempre estar atenta e em constante manutenção. Aqui, pessoas arqueólogas e arqueologia são ferramentas de construção de contexto que reflete as intenções de quem as faz e, quando colocadas em um papel político localizado no século XXI, atualizações sobre as demandas que partem desse contexto devem ser notadas. Pontuar essa questão não é qualquer tentativa de inventividade, mas sim de agregar a essa percepção e continuar questionando junto a múltiplas colocações e tentativas práticas e factuais de rotas inversas. O que se nota em ambientes de formação arqueológica na prática é uma reafirmação de uma narrativa hegemônica que está bastante arraigada ao pensar fundamental dessa ciência, de modo que se impossibilitam e se silenciam as tentativas de exercer uma arqueologia da pluriversalidade e pluriépisteme, taxadas como não ciência e colocadas a margem onde são requeridas permanecer.

Desse viés, reconhecer que:

Mesmo vinculada às ciências humanas, na arqueologia brasileira predomina o cunho tecnicista e/ou cientificista de inspiração positivista onde a primazia da objetividade se traveste na busca por verdades do passado escondidas na evidência arqueológica espera de serem traduzidas pelos arqueólogos do presente (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 1094).

Se colocar em uma posição que assume esse fato e que, principalmente, reconhece o quão nocivo é perpetuar essa forma de pensar como um caminho comum à totalidade dos que estão comprometidos a fazer uma arqueologia ética, é no mínimo dizer que não saímos de uma perspectiva evolucionista

por completo, e que apenas aplicamos críticas quando elas dizem respeito ao fator étnico/humano.⁹ Isso porque em um contexto onde todos devem produzir, pensar e aprender com base em uma linearidade, basicamente nos colocando em uma fila unidirecional com uma chegada/ideal de produção em comum, não é nada além do que isso.

Para pensarmos nessas estruturas de ensino que formam os intelectuais, a pesquisa realizada por Lara Passos (2017) é assertiva em nos apresentar um panorama presente no curso de graduação em Antropologia Social e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde ela aponta em uma pesquisa bibliométrica¹⁰ os descompassos entre o que se consome na base do ensino de arqueologia e cenário de pessoas que se dispõem a tal prática. A pesquisadora conclui mostrando um panorama no qual as tendências que se repetem nesse ambiente terminam por dar subsídios para uma produção que, por muitas vezes, insiste em limitações e não abrangências. Nela, tratando a questão da produção feminina e feminista dentro da arqueologia, nota-se uma inclinação em manter um padrão que dá aos homens os locais de visibilidade, corroborando dessa forma com mais uma tendência colonial na perpetuação de um patriarcado febril mesmo dentro de um contexto em que mulheres se fazem a maioria. Assim;

Ora, se a parcela de mulheres produzindo a arqueologia no Brasil é superior à de homens, é de se pensar que a disseminação dessa produção se dê de forma minimamente igualitária. Temos na UFMG um curso equitativamente ocupado pela presença feminina, que, a priori, formará tanto arqueólogas/antropólogas quanto arqueólogos/antropólogos. Pode-se deduzir também que haveria uma distribuição de temáticas e referências que abarcassem tal realidade. Para ser uma mulher cientista, é plausível pensar que se deva espelhar em outras mulheres cientistas. Para tal, é preciso ter acesso a essa produção. Ao encontrar um número igual de mulheres e homens no departamento, é possível pensar que as alunas se sintam estimuladas a seguir a carreira acadêmica, posto que lidam diretamente com exemplos vivos de outras mulheres que possuem trajetórias bem-sucedidas na academia. No entanto, ao entrarem em contato com a produção acadêmica obrigatória, podem perceber uma disritmia: ainda que sejamos ensinadas por homens e mulheres, temos contanto com uma bibliografia que abrange majoritariamente apenas um desses pontos de vista no que se refere à teoria arqueológica e teoria antropológica (Passos, 2017, p. 136).

Trazer esta perspectiva é estar ciente de uma realidade que age de forma divergente a um enquadramento otimista da arqueologia brasileira. Além de identificarmos divergências evidentes, somos desafiados pela complexidade e pela falta de compreensão do que observamos refletindo na realidade, influenciada por uma mentalidade enraizada no ideal colonial. Em outras palavras, a ininteligibilidade da persistência de uma mentalidade colonial que entra em conflito com a diversidade presente no Brasil atual, especialmente em um ambiente acadêmico marcado pela disparidade em cada corredor,

⁹ Aqui, apresento essa provocação para sugerir que o Evolucionismo, como corrente de pensamento, foi alvo de críticas por sua perspectiva etnocêntrica ao admitir uma trajetória única para todos e colocar outras culturas como inferiores. Portanto quando se trata de epistemologia, ao assumirmos que todos devem produzir de maneira única, linear e ideal, estamos reforçando esse paradigma, mas não o aplicando diretamente à cultura como um todo, apenas no aspecto epistêmico.

¹⁰ A análise bibliométrica utiliza métodos quantitativos e estatísticos para analisar a produção, disseminação e uso da informação registrada em documentos bibliográficos. Assim, buscando medir e quantificar aspectos relacionados à produção científica, como a quantidade de artigos publicados, as citações recebidas, as colaborações entre autores, entre outros.

é uma das questões mais urgentes a serem abordadas. Expressar dessa maneira, com ênfases indignadas, revela que ao lidar com um contexto geopolítico do Sul Global, onde as discussões ressaltam a violência daquilo que para nós representa a colonialidade (Mignolo, 2008), sugere-se que a interpretação do contexto sócio-histórico brasileiro tem se feito sutilmente ausente nos vários ambientes que nos tornam “aptos” a exercer e perpetuar nossa profissão.

Assim, entender que o que muitas vezes leva a arqueologia a um local cientificista, nos piores termos que essa expressão pode vir a ter,¹¹ não passa de um esforço agenciado para a gestão, a sustentação e os reparos de discursos coloniais representados por quem se beneficia desse enredo excludente e assertivo em qualquer violência epistêmica que se dedica a produzir. Ao nos aprofundarmos nesse entendimento, deparamo-nos com uma problemática significativa: a falta de incentivo para que as divergências à norma científica hegemônica sejam explicitadas no âmbito do fazer arqueológico. Observa-se que, nesse contexto, o valorizado ideal científico (e cientista) acaba por reforçar uma estrutura que perpetua o silêncio das existências subalternizadas como funcionamento padrão. Logo, a grande questão apresentada é entender quem necessita e porque necessita afirmar sua alteridade. É possível observar como essas relações fundamentam a construção da ciência do ponto de vista moderno e ocidental a partir de Walter Mignolo (2008), pois o autor nos lembra que estamos inertes em uma oposição de conceitos que são eurocêntricos e baseados em categorias que têm origem em conceitos gregos e latinos, o que fundamentaria as nossas experiências sociais tanto teológicas quanto seculares. Em um microcosmos onde as figuras envolvidas emergem na pluralidade, mas as referências se baseiam em um padrão específico de vivência fundamentada nessas categorias hegemônicas, percebemos que onde “As próprias práticas discursivas que permitem a afirmação da autoridade da experiência já foram determinadas por uma política de dominação racial, sexual e de classe social” (hooks, 2013, p. 110), em que a “subjetividade” aceita é a que se torna, na verdade, a querida “objetividade”, se apresentando uma opção entre “brancura e teoria política, em outras palavras [...] transparentes, neutras e objetivas, enquanto que Cores e teoria política são essencialistas e fundamentalistas” (Mignolo, 2008, p. 297).

Voltando à reflexão amparada em Antonio Gramsci (2001), é possível entender que a necessidade de conhecer a si mesmo catapulta um processo de elaboração da crítica e da consciência do próprio lugar no mundo. Esse processo é produto de um acúmulo histórico até aquele momento e pode ser preenchido com uma “infinidade de traços acolhidos sem análise crítica” (Gramsci, 2001, p. 94). É com esse ideal que a subalternidade imposta a mim e a meus colegas de interseccionalidades confluentes, que ocupam locais de alteridades¹² dentro dessa ciência, emerge como uma insurgência crítica e ativa de um local onde as vivências e epistemologias foram cultivadas em ambientes que não seguem uma perspectiva ideal europeia ou não ocupam locais de privilégio. Como colocado por Mignolo, a perspectiva ‘eurocentrada’ como “Eurocentrismo não dá nome a um local geográfico, mas à hegemonia de uma forma de pensar fundamentada no grego e no latim e nas seis línguas européias e imperiais da modernidade; ou seja, modernidade/ colonialidade” (Mignolo, 2008, p. 301). Elas entram em contrafluxo às noções de exclusão que nos recebe dentro dessa “ciência verdadeira”. Assim, como já dito uma vez, a ciência não é meramente uma investigação desprovida de política em busca da verdade, mas sim uma reprodução das relações de poder racial determinantes daquilo que é verdadeiro e em quem se deve acreditar (Kilomba, 2019).

¹¹ Termos tais como: dogmatismo científico, reducionismo científico, empirismo radical, positivismo extremo, exclusivismo científico, fanatismo científico, fundamentalismo científico, tecnocracia desmedida, cientificismo arrogante. Todas estas pressupondo a ideia de ciência concebida pelos modelos europeus.

¹² Aqui nesta colocação, a alteridade dita do meu local, pode ser apresentada como a ideia de oposição a identificação e comunhão colocada por Marcio Goldman (2006).

STATUS QUO, SÉCULO XXI, 2023

Das compreensões sistemáticas sobre a multiculturalidade dentro das universidades,

entre as ações do Ministério da Educação, direcionadas a essas questões, figura o Programa Diversidade na Universidade. Criado em 2002, o desenho desse Programa enfoca a promoção da equidade e diversidade na educação superior para afrodescendentes, indígenas e outros grupos socialmente desfavorecidos no Brasil. Além de apoiar a formulação de políticas públicas de inclusão social e combate à discriminação étnico-racial para o ensino médio e superior, foi definido como objetivo relevante do Programa o apoio, desenvolvimento e avaliação de Projetos Inovadores de Curso (PIC), idealizados para contribuir com a ampliação do número de estudantes negros e indígenas nas universidades brasileiras (Henriques apud Braga; Silveira, 2007, p. 7).

A partir desse ponto, torna-se factível explorar um contexto e empreender esforços para situar a arqueologia em uma sociedade contemporânea inserida plenamente no século XXI, mais precisamente no ano de 2023. O Programa de Diversidade na Universidade foi criado com o objetivo de promover a inclusão de indivíduos que enfrentam múltiplas formas de marginalização, buscando garantir uma representação mais fiel da sociedade brasileira no ambiente acadêmico. Com satisfação, notamos que essa iniciativa alcançou resultados efetivos. Agora, passados 21 anos, ela tem mostrado a presença de estudantes em vagas destinadas a pessoas que vão além da branquitude e da autocracia econômica representadas pelas ideias coloniais excludentes empregadas na ciência. Dessa forma, visualizar que tais locais estão sendo ocupados e tendo embasamento sistêmico é também entender que a presença dessa marcada diferença refletirá em suas ocupações e produções desse espaço. Bell hooks, coloca que, em um contexto semelhante a esse, “muitas vezes, os professores e os alunos no contexto multicultural têm de aprender a aceitar diferentes maneiras de conhecer, novas epistemologias” (hooks, 2013, p. 59). Se torna crucial pontuar que a presença de tais pessoas não é obediente ou completamente passiva à perpetuação desses ideais, e é, da mesma forma, essencial que não entendamos este artigo como um dito sólido que afirma ou indica uma inércia subalterna em relação a tal violência estrutural. “Através da subjetividade explícita das arqueologias pós-modernas, foi possível tirar da invisibilidade histórias que até então pareciam não existir” (Soltys, 2017, p. 10), e como dito no começo deste escrito, as potências subalternas são emergentes a cada forma de opressão, principalmente na criatividade de se desviar e se desafiar as múltiplas violências vividas.

Desde 1975¹³ até a atualidade, o percurso do ensino de arqueologia no Brasil, com 48 anos, compreende cerca de metade de sua existência dentro dessa política de inclusão e diversidade acadêmica, o que explicita uma preocupação em relação à divergência em que esses dois têm caminhado. Cruzar estes dados é escavar rumo a uma percepção que tem bases em teorias de psicanálise que se casam, curiosamente, com a perpetuação desse discurso colonial, atualmente vestido de cientificista dentro da arqueologia. Jean Laplanche e Jean-Baptiste Pontalis, quando propõem definir conceitos de psicanálise, descrevem e discorrem em seu texto uma ilustração do que é possível pensar e conectar a respeito dos esforços em priorizar quase que sorrateiramente um discurso majoritariamente unidirecional de produção e ensino na arqueologia.

RECALQUE ou RECALCAMENTO – Operação pela qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações)

¹³ Para saber mais, ler Bezerra (2008).

ligadas a uma pulsão. O recalque produz-se nos casos em a satisfação de uma pulsão — suscetível de proporcionar prazer por si mesma — ameaçaria provocar desprazer relativamente a outras exigências. O recalque é especialmente patente na histeria, mas desempenha também um papel primordial nas outras afecções mentais, assim como em psicologia normal (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 7).

Talvez, minhas palavras se façam mais nítidas ao acionar à argumentação o marcado momento vivido dentro do desenvolver da pesquisa arqueológica e, principalmente, na construção e formação dessa área do saber, em que esse sentimento de recalque possa ter sido alimentado pela pulsão¹⁴ da qual comenta os autores na colocação acima. Trigger (2004) argumenta que a nova arqueologia, também conhecida como arqueologia processual, trouxe uma revolução significativa em termos de técnica e metodologia, embora não tenha impactado diretamente na teoria arqueológica em si. De modo geral, sua abordagem nomotética buscava ressaltar a importância de valorizar o que é considerado tecnologicamente útil.

A Nova Arqueologia seguiu a liderança das ciências sociais generalizadoras como a economia, a ciência política, a sociologia e a etnologia, proclamando-se capaz de produzir generalizações objetivas e eticamente neutras, úteis à administração das sociedades modernas. Seu desejo de conformar-se a um modelo mais prestigioso de comportamento acadêmico foi reforçado quando a Fundação Nacional da Ciência tornou-se uma importante fonte de financiamento para a pesquisa arqueológica. Afirmou-se que a arqueologia poderia fornecer, sobre a natureza das interações de longa duração entre grupos humanos e o ambiente, informações que seriam valiosas para o planejamento econômico moderno (Meltzer *apud* Trigger, 2004, p. 384).

Nas páginas seguintes, o autor prossegue oferecendo subsídios explanatórios sobre a construção arraigada do cientificismo na arqueologia, pontuando que a ênfase nas aplicações práticas das pesquisas conduzia os cientistas sociais a abandonarem abordagens holísticas na compreensão do comportamento humano, direcionando-os para soluções concebidas em termos técnicos limitados. Essa abordagem de pesquisa ganhava uma nova credibilidade científica em decorrência dos protestos positivistas em favor da neutralidade ética. Dentro de uma sociedade onde a eficiência tecnocrática era valorizada como um princípio supremo, muitos profissionais da arqueologia se sentiam compelidos a se afastarem da compreensão histórica do passado para criarem generalizações sobre o comportamento humano, o que se tornou o critério de sucesso para os cientistas sociais (Trigger, 2004).

Se traçar esse caminho nos leva a tal possibilidade de interpretação, não é muito absurdo sugerir que nessa mesma localização que fazemos da arqueologia é perfeitamente factível encontrar também avanços em relação a teorias que discutem esse sentimento de insegurança a partir do recalque. Os avanços atuais nesse campo da psicanálise abrem caminho para amplas, saudáveis e promissoras oportunidades de recuperação e/ou superação. No contexto desta discussão, essas superações podem ser interpretadas como uma transgressão para desafiar uma ideologia arraigada que busca legitimar a arqueologia como uma ciência válida e comprometida, exigindo a perpetuação de relações de

¹⁴ Os mesmos autores definem como: “PULSÃO – Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional: é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir a sua meta” (Pontalis; Laplanche, 2001, p. 7).

colonialidade e violências epistêmicas. Essa ideologia, por sua vez, é a mesma que nega a integração das particularidades individuais na produção do conhecimento arqueológico.

TRANSGREDIR É PLURIVERSAL E PLURIEPISTÊMICO

A intenção que traz bell hooks (2013) a esse ponto da arqueologia como campo do saber, também dita “arqueologias” em sua amplitude, vem de um espelho que reúne inúmeros reflexos de vivências ‘outras’ dentro da arqueologia e dos seus espaços de produção e aprendizado. Ao abordar o papel essencial e altamente relevante do ser na construção sistemática de uma epistemologia plural, a visão que se faz do horizonte trazida por bell hooks quando descrevendo e vivendo essas percepções sociais, em sua experiência como aluna e professora dentro desse ecossistema acadêmico, afirma que,

se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade. O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de reconhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias — que buscam devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta (hooks, 2013, p. 45).

A perspectiva da autora é de suma importância e proposta nesse contexto abordado, especialmente quando consideramos o aspecto da educação e ciência, como intersecção dos indivíduos e da pedagogia como postos-chave na construção dessa crítica. Em outras palavras, o percurso que trilhamos até o momento enfatiza tanto o ensino da arqueologia, ou seja, a pedagogia interna da disciplina, quanto às figuras que compõem a base desse ecossistema de produção e reprodução intelectual como pontos substanciais na perpetuação ou desmantelamento do pensamento colonial, que subjuga e violenta experiências presentes na arqueologia consideradas ‘outras’ e as utiliza como ferramenta de construção epistêmica.

Em um primeiro momento, o prisma adotado ao abordarmos o intelectual é baseado em posicionar e reconhecer sua função vital como agente de sustentação da arqueologia enquanto campo de ensino e aprendizado múltiplo. Essa é uma paisagem que trata da base de formação de profissionais da arqueologia e, principalmente, de quem lhes influencia ou diretamente constrói, como um professor dentro de sala ou um intelectual que produz bagagem material para o ensino e a aprendizagem. Enfatizando novamente (e nunca é demais) que essa perspectiva não pode ser dissociada da percepção da arqueologia como um espaço de interação multicultural, fundamentada de forma sistemática no Brasil. A análise desse contexto estratigráfico situa suas percepções na obra de bell hooks, quando a autora se posiciona e narra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* a partir de um alicerce fundamental na construção do pensamento institucional em uma área do saber. Como professora e intelectual, bell hooks aponta para a proposta de transgressão do cenário, que ela mesma observa de perto como agente ativa na dinâmica que rege a ciência que ela compõe.

Mais adiante, a obra que trata de discutir a educação como um exercício para a liberdade, em termos que tangem a força que a educação exerce na cadeia operatória de construção do ser, aborda essa como parte essencial em um projeto de epistemologias multiculturais, indicando que as particularidades de cada ser é uma soma das plurais abrangências em símbolos e significados que a arqueologia será agregada. Dessa maneira, se torna nítido que pontuar isso é ir em contrapartida ao ideal que cobre sutilmente a arqueologia como um exemplar científico neutro, hegemônico, homogeneizante e violento. E até esse ponto, para muitas figuras praticantes, não existe problema factual em a arqueologia ser apegada à imagem de ciência e de cientista que o processualismo potencializou para nós. É com

certeza muito justo e nada difícil de pontuar as grandes contribuições em métodos e técnicas que essa maneira de fazer arqueologia nos trouxe enquanto campo investigativo. É inegável a importância que isso nos dá, a partir da visão da imagem que forma a colagem atual da arqueologia. O problema, aqui, se encontra na negação de outras maneiras de fazer, advindas da conservação de um ideal silenciador e impositivo que um processo colonizatório pode agregar a uma cultura.

Aqui, se faz a abertura em pontuar que “creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a coexistência do conceito descolonial não será tomado como deslegitimar as ideias críticas europeias ou as ideias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida” (Mignolo, 2008, p. 288), talvez boa parte do que foi mencionado como sentimento de recalque também possa ser visto através da guarda altíssima que aparentemente indica, para leitores/interpretadores de texto ‘não muito razoáveis’, que a intenção ao pontuar uma crítica ou acusar a perpetuação de uma violência colonial está por elas desvalidarem todas as construções ou maneiras de fazer que formaram a arqueologia atual. Colocando em palavras que me localizam como indivíduo de particularidades, a intenção nunca foi “jogar a água fora com o bebê dentro”.

Retomando a questão do multiculturalismo dentro do ensino e aprendizado na universidade e aqui dentro da arqueologia, bell hooks (2013, p. 63) coloca a necessidade de, para além de nos localizarmos enquanto seres de interseções, também notarmos que o multiculturalismo exige dos educadores o reconhecimento das limitações que têm influenciado a maneira como o conhecimento é compartilhado, nos obrigando também a reconhecer nossa participação na aceitação e perpetuação de preconceitos e parcialidades. Os alunos estão ávidos por superar as barreiras do aprendizado, abertos a se maravilhar e a aprender novas formas de conhecimento que vão além do convencional. Quando permitimos que nossa abordagem pedagógica seja radicalmente transformada pela valorização da diversidade cultural no mundo, podemos oferecer aos aprendizes a educação que desejam, merecem e, assim, “ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora” (hooks, 2013, p. 63).

Coloco a necessidade da localização de nossas interseções com base nessa ideia de visualizar melhor a composição dos espaços que ocupamos e nesse contexto que narra a autora. Sendo uma figura de poder dentro de uma instituição de ensino e de formação de epistemologias, o processo de notar a multiculturalidade por si só é visualizar a prática da liberdade. De outras formas, a proposta que entende os locais de cada indivíduo e suas particularidades é a mesma que se dá a própria localização e reconhecimento, tal e qual “Ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento” (hooks, 2013, p. 58). Dizer isto é apontar que essa liberdade posta através da fresta de atenção ao multiculturalismo é um exercício de nos entender como partes únicas, compondo a colagem que se faz a arqueologia, além compreender que a essência fundamental da construção das epistemologias arqueológicas reside no indivíduo, indissociável de sua própria criação, e no seu engajamento coletivo em respeitar não apenas sua contribuição subjetiva e singular, mas também a de uma totalidade dos envolvidos nesse empreendimento.

Se desejamos verdadeiramente criar um ambiente cultural propício à reflexão e transformação dos preconceitos, devemos considerar como ponto de atenção todos os atos de transgressão de fronteiras que indiquem soma a nossas vivências. Da mesma forma, é importante ressaltar que tais atos não estão isentos de críticas ou questionamentos críticos. Assim, o temido “risco” da interação multicultural é menos alarmante do que a manutenção e o apoio contínuo aos sistemas de dominação já estabelecidos, especialmente no contexto do ensino em relação tanto à forma como ensinamos quanto ao conteúdo que ensinamos (hooks, 2013). Acionando aqui uma reflexão para a pergunta inicial, onde a arqueologia é questionada como ferramenta na desconstrução do pensamento colonial: poderemos nos localizar e repensar, no caso de a resposta ser afirmativa; caso o desejo seja de um ambiente que não perpetue violências epistêmicas, acarretando outros diversos tipos, devemos refletir sobre os descompassos aos quais perpetuam os mecanismos que agenciam a arqueologia em ao contrário de uma ferramenta descolonial, um mecanismo de silêncio e imposição.

SÍNTESE

Ao compreendermos a arqueologia como um campo de construção do conhecimento inserido na categoria de ciência, podemos realizar um exercício de mapeamento dos agentes que compõem essa colagem mencionada e, sobretudo, entrelaçar isso a tréplica da arqueologia quando esses agentes ultrapassam as limitações normativas da categoria ciência, apresentando-se mais multiculturais do que as normas circunscritas à figura ideal do cientista. Quando a proposta desse exercício é concretizada, torna-se evidente a imagem da pessoa arqueóloga, intelectual e cientista como protagonista fundamental na formação atual de outros múltiplos e multiculturais profissionais, seja lecionando em sala de aula, produzindo materiais de ensino, realizando pesquisas ou contribuindo teoricamente. Tendo em vista essa influência e poder de narrativa, é viável questionar os pré-requisitos para a ocupação desses locais de influência, e principalmente o que está sendo reproduzido como modos a serem seguidos dentro dessa posição científica, onde a armadilha do cientificismo indica que:

Muitos têm habilidade com as palavras. Denominam-se visionários, mas não veem. Muitos têm o dom da língua, mas nada para dizer. Não os escutem. Muitos que têm palavras e língua, não têm ouvidos. Não podem ouvir e não saberão (Anzaldúa, 2000, p. 235).

Nesse cenário, se o que está sendo requerido, de forma tênue, é uma imagem que reforce violências coloniais para ocultação de identidades em intersecções subalternas, que se propõem a utilizar da arqueologia como ferramenta de construção epistêmica, temos um embate com um cenário multicultural brasileiro.

Identificar a potência dessa problemática, como “o risco de transmitir conhecimentos gerados a partir da academia de modo vertical e impositivo a outras comunidades e outros povos” (Arcanjo, 2022, p. 57), coloca em perspectiva as ideias relacionadas à pedagogia institucional que nos aponta bell hooks. Falando sobre essas subalternidades em foco na produção acadêmica, hooks narra uma realidade estrutural do ensino universitário, que tange a arqueologia em sua plena forma de alcançar corpos ‘outros’ violentamente:

Alguns expressam o sentimento de que, se simplesmente não afirmarem sua subjetividade, terão menos probabilidade de ser agredidos. Disseram que muitos professores universitários jamais manifestaram o menor interesse por ouvir a voz deles. A aceitação da descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo obriga educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê? (hooks, 2013, p. 57).

Então, se existe um molde a ser seguido indicando como fazer e quem deve fazer, o indivíduo que ocupa o seu local dentro desse microcosmos e que não se encaixa deve procurar caber, colocando-se atrás da objetividade requerida pela ciência, que já representa as subjetividades de quem interessa (hooks, 2013; Kilomba, 2019; Mignolo, 2008). Dessa forma, se aprende, produz e ensina tal como indica o ideal hegemônico, europeu e colonial de se fazer, no qual

chamar atenção para o corpo é atrair o legado da repressão e negação que nos foi transmitido [...]. O mundo público do ensino institucional era um local onde o corpo tinha que ser apagado, tinha que passar despercebido (hooks, 2013, p. 253).

A intenção da contrapartida e da desobediência, proposta por colegas que se colocam em foco na proposta de novos olhares para a arqueologia (Abreu e Souza, 2020; Freitas, 2021; Hartemann; Moraes, 2018; Moraes, 2021; Passos, 2019) é aqui vista como a transgressão necessária e já em andamento

para um ambiente que seja mais povoado por outras contribuições de indivíduos que tem sua trajetória em um mundo que vivem, experimentam e falam a partir de uma perspectiva indissociável dele mesmo e de suas propostas, para com um mundo que inclui a arqueologia. A colagem é composta por elementos singulares, que juntos e em arranjo propõem um diálogo com quem expecta suas intenções.

Se dentro da arqueologia podemos notar uma sutil atmosfera que remete a “A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que inclua uma consciência de raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável e que as emoções e paixões não sejam mais represadas” (hooks, 2013, p. 55), sendo possível ir além de uma “consciência” aqui, mas de uma inclusão real que transgride um ‘falar de’ ou ‘deles’ ou ainda “sobre eles”, factualmente dialogando “com” eles,¹⁵ temos também, associado ao recalque e a guarda alta, um medo irracional que se esforça em colocar subjetividades como sentimentos incontroláveis e sem direção no fazer científico. Nesse sentido, anular a potência das subjetividades e das vivências em ‘outros’ corpos pode ser explicado quando “formados no contexto filosófico do dualismo metafísico ocidental, muitos de nós aceitamos a noção de que existe uma cisão entre o corpo e a mente” (hooks, 2013, p. 253).

Por fim, adota-se a transgressão como um mecanismo que em vez de violar as multiculturalidades presentes em nosso contexto de ensino, aprendizado e produção, incluindo todas as potências de produção, até as europeias, busca incorporá-las dentro de um paradigma que se mostra tendencioso a isolá-las, reajustando nossos pensamentos em equilíbrio com um mundo fora de uma quadrícula, propondo que

a academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática libertadora (hooks, 2013, p. 273).

Sugerir uma transgressão nos âmbitos de construção e emprego do conhecimento arqueológico, bem como no das narrativas produzidas dentro da academia, é nos libertar de modo ecoante para partes substanciais na diversificação do ensino e do aprendizado arqueológico, somando à colagem não apenas o indivíduo, mas também a superação libertadora de uma fragilidade que não soma significados, mas limita as formas da imagem em constante formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ARCANJO, Matheus Lucas. *Antropologia e educação ambiental em cruze*: reflexões a partir da vivência na estação ecológica da UFMG. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEZERRA, Marcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2008.

¹⁵ Quando aqui digo “eles”, falo do real indivíduo. Aquele que se apresenta como tal em sua subjetividade e não em uma pré-forma, indicada para esse quando decide ser “cientista”.

- BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas da (org.). *O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista*. Brasília, DF: Edições MEC; UNESCO, 2007.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ABREU E SOUZA, Rafael de. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 43-65, 2020.
- PASSOS, Lara de Paula. Gotas de um oceano: uma análise bibliométrica feminista de um curso de graduação. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 130-144, 2017.
- PASSOS, Lara de Paula. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- FREITAS, Vinicius Siqueira. *Materialidade da desumanização: arqueologia de uma humanidade vilipendiada*. 2021. Monografia (Bacharelado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 159-173, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.
- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane Pereira de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê: Literatura, língua e identidade.
- MORAES, Irislane Pereira de. *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aroá, Amazônia Paraense*. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins, Fontes 2001.
- RIBEIRO, Loredana; FORMADO, Bruno Sanches Ranzani da Silva; SCHIMIDT, Sarah; PASSOS, Lara de Paula. A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.
- RODRIGUES JUNIOR, Luiz Rufino. Pedagogia das encruzilhadas. *Periferia*, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.
- SOLTYS, Fernando Alexandre. Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na arqueologia pública. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- TRIGGER, Bruce Graham. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.